

**Leitesol Indústria e Comércio S.A.**

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Em Reais – R\$)**

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.973.234	22.455.941
Contas a receber	5	68.820.127	46.221.534
Contas a receber – parte relacionada		427.330	456.994
Estoques	6	108.704.215	104.260.085
Impostos a recuperar	7	2.654.822	6.027.104
Outros créditos		680.687	533.894
Instrumentos financeiros derivativos		934.706	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>222.195.121</b>	<b>179.955.552</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	4.122.784	3.693.980
Imobilizado	9	12.456.323	11.730.298
Ativo por direito de uso	10	436.641	-
Intangível	11	373.615	198.875
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>17.389.363</b>	<b>15.623.153</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>239.584.484</b>	<b>195.578.705</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores nacionais		6.925.022	16.388.123
Fornecedores estrangeiros – parte relacionada	13	54.773.436	47.900.513
Fornecedores estrangeiros – outros		888.053	1.549.540
Impostos a recolher		2.257.391	810.757
Empréstimos e financiamentos	12	6.960.569	7.980.090
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.311.544	-
Obrigações sociais a recolher		3.247.566	3.148.213
Dividendos	15 d	26.635.066	22.729.221
Outras obrigações		1.724.765	810.752
Passivo por arrendamento	10	273.654	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>108.997.066</b>	<b>101.317.210</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	-	457.143
Provisão para ações judiciais	14	101.339	73.170
Passivo por arrendamento	10	170.361	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>271.700</b>	<b>530.313</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>239.584.484</b>	<b>195.578.705</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Reais – R\$)**

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital		Reservas de ganhos		Lucros acumulados	Total
			Incentivos fiscais	Correção monetária do capital	Reserva legal	Retenção de lucros		
28.484.551		-	15.897	-	5.696.910	48.377.543	-	82.576.592
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	17.690.408	17.690.408
Destinação para:								
Distribuição de juros sobre capital próprio	15 e						(2.817.620)	(2.817.620)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	15 d						(1.604.982)	(1.604.982)
Dividendos adicionais propostos							(4.422.602)	(4.422.602)
Reserva de retenção de lucros							(2.113.215)	(2.113.215)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>28.484.551</b>	<b>15.897</b>	<b>1.691</b>	<b>5.696.910</b>	<b>59.532.134</b>	<b>(11.154.591)</b>	<b>(11.154.591)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.779.380	48.779.380
Destinação para:								
Total de Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	15 d						(12.194.845)	(12.194.845)
Reserva de retenção de lucros	15 f						(36.584.535)	(36.584.535)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>28.484.551</b>	<b>15.897</b>	<b>1.691</b>	<b>5.696.910</b>	<b>96.116.669</b>	<b>-</b>	<b>130.315.718</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Reais – R\$, exceto lucro por ação)**

Receitas líquidas	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	17	(503.226.688)	(390.270.991)
Lucro bruto		136.574.875	75.112.179
Recargas (despesas) operacionais			
Comerciais	17	(52.385.215)	(41.440.783)
Gerais e administrativas	17	(11.821.612)	(12.174.539)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	281.016	6.059.581
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(63.925.811)</b>	<b>(47.555.741)</b>
Receitas financeiras	18	3.968.813	4.473.225
Despesas financeiras	18	(3.516.435)	(6.021.732)
		452.378	(1.548.507)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>73.101.442</b>	<b>26.007.931</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	19	(24.750.866)	(8.890.705)
Diferidos	19	428.804	573.182
		(24.322.062)	(8.317.523)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>48.779.380</b>	<b>17.690.408</b>
<b>Lucro líquido por ações – básico e diluído</b>		<b>20</b>	<b>1.7125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Reais – R\$)**

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL		73.101.442	26.007.931
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	1.533.625	1.250.126
Baixas do ativo imobilizado e intangível	9	14.911	-
Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	18	(297.727)	3.830.443
Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	12	(10.495)	-
Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	18	487.663	489.369
Ajuste a valor presente (passivo para arrendamentos)	10	16.677	13.754
Instrumentos financeiros derivativos		349.740	(31.121)
Provisão (reversão) para descontos comerciais	5	1.298.648	(482.246)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5	923.824	(406.823)
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS		-	(9.030.051)
Provisão para ações judiciais	14	28.170	(10.674)
Outros ajustes	(2)	(423.642)	-
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber e parte relacionada		(24.791.400)	(3.614.061)
Estoques		(4.444.130)	(7.952.528)
Outros créditos e impostos a recuperar		3.225.490	7.014.915
<b>Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores e fornecedores estrangeiros – parte relacionada		(2.953.938)	9.207.318
Impostos a recolher		1.446.634	104.825
Obrigações sociais a recolher		99.353	307.384
Outras obrigações		914.013	(243.789)
De atividades operacionais		50.942.498	26.031.130
Juros pagos	12	(542.267)	(173.565)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	10	(16.677)	(13.754)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.439.322)	(12.732.130)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		30.944.233	13.111.680
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(2.093.238)	(5.158.361)
Aquisição de ativo intangível	11	(241.157)	(99.153)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.334.395)	(5.257.514)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	15.c	(8.289.000)	(9.922.200)
Aquisição de empréstimos bancários	12	6.252.720	12.600.000
Pagamento de principal de empréstimos bancários	12	(7.664.286)	(4.478.571)
Instrumentos financeiros derivativos		(1.284.446)	31.121
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	10	(107.532)	(121.296)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.092.544)	(1.890.946)
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>17.517.293</b>	<b>5.963.220</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício		22.455.941	16.492.721
Saldo no final do exercício		39.973.234	22.455.941
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>17.517.293</b>	<b>5.963.220</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando especificado de outra forma)

**1. Natureza das Operações** – A Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. **2. Base de Elaboração e Apresentação de Demonstrações Financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Sociedade. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: reconhecimento da receita, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, determinação da estimativa de créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e projeções para realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e eventuais alterações com relação a estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Políticas Contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: a) pelo valor justo por meio do resultado (VJR); e b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. (i) Ativos financeiros: **Classificação e mensuração dos ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos de juros calculados de acordo com o método dos juros efetivos, os ganhos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como lucro nos resultados, exceto se os dividendos representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: • É mantido dentro da estrutura de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo VJORA se atender à duas condições e não for designado como mensurado pelo VJR: • É mantido dentro da estrutura de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No momento do reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que atenda aos requisitos a serem mensurados pelo custo amortizado ou como VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção valor justo disponível no CPC 48). Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. Contas a receber: As contas a

receber de clientes e partes relacionadas correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances esperadas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os títulos com vencimento de longo prazo referem à renegociação de dívida. (ii) Passivos financeiros: **Classificação e medição de passivos financeiros.** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. **Financiamento:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos financiamentos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. Os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. **Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e partes relacionadas no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estão demonstradas pelos valores de contratação e sujeitos a atualização da variação cambial. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.2. Estoques:** Demonstrado ao custo médio de aquisição, industrialização ou mercado, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **3.3. Imobilizado:** Reconhecido inicialmente pelo valor de custo (valor de compra ou custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração). Quando certos componentes de um imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, é aplicado o método de componente, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses elementos que foram substituídos é baixado. Os custos dos financiamentos para ativos qualificáveis são incluídos no custo do ativo. A depreciação anual é calculada pelo método linear, com base na estimativa de sua vida útil econômica de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. **3.4. Intangível:** Avaliado ao custo de aquisição ou formação. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, que refletem a vida útil dos ativos. Quando aplicável, é constituída provisão para redução ao seu valor de realização. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não identificou a necessidade de constituição de provisão para perda na realização dos ativos. **3.6. Demais ativos circulantes e passivos circulantes:** São registrados

pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais. **3.7. Provisão para ações judiciais:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 14. **3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base em lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é de 15%, mais um adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder de R\$240.000. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. O efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os livros contábeis e fiscais, prejuízo fiscal e base de contribuição negativa é registrado somente quando existe segurança suficiente sobre sua realização. **3.9. Receitas:** As receitas são mensuradas pelo base no valor justo dado pela consideração recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos ou juros sobre as vendas. Para determinar o momento adequado para reconhecer a receita, a Sociedade avalia quando a entidade transfere o controle da mercadoria para o cliente no valor que espera receber com esta operação, observando os seguintes critérios: i) Identificação do contrato; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação. Se os descontos forem antecipados e o valor puder ser medido de forma confiável, então ele é descontado e reconhecido como uma redução da receita operacional à medida que as vendas são reconhecidas. **3.10. Arrendamentos Mercantis:** Arrendamentos: A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente em relação a todos os arrendamentos em que a Sociedade é o locatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo máximo de 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como uma despesa operacional de forma linear durante o período de locação, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor atual dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados utilizando a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, a Sociedade usará sua taxa de financiamento incremental. Os passivos de arrendamento são exibidos em uma linha separada no balanço patrimonial e são posteriormente mensurados aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método efetivo de taxa de juros) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do contrato de locação feito. A Companhia volta a mensurar o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo direito de uso do ativo) desde que: • O prazo do arrendamento é alterado ou há um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra das ações. • Os pagamentos de arrendamento são modificados devido a alterações no índice ou taxa ou alteração no pagamento esperado no valor residual garantido. • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração de locação não é contabilizada como um contrato separado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e pagamentos de arrendamento efetuados na data inicial ou antes da data inicial, menos incentivos de locação recebidos e custos diretos iniciais. Esses ativos são então medidos a custo menos depreciação acumulada e perdas de

continua...





... continuação		Leitesol Indústria e Comércio S.A.	
<b>17. custos e despesas por natureza</b>			
Custo de bens e produtos vendidos:	31/12/2022	31/12/2021	
Depreciação e amortização	(1.116.254)	(813.748)	
Despesas com funcionários	(6.991.785)	(6.270.262)	
Consumo de matérias-primas e materiais	(487.769.336)	(378.951.235)	
Custos Gerais de fabricação	(7.349.313)	(4.235.746)	
Total dos custos por natureza	(503.226.688)	(390.270.991)	
Despesas operacionais:			
Depreciação e amortização	(302.466)	(315.082)	
Depreciação do ativo por direito de uso	(114.906)	(121.296)	
Despesas com funcionários	(12.744.590)	(11.455.154)	
Custos com frete	(27.966.160)	(19.545.674)	
Comissões sobre vendas	(7.389.572)	(5.437.781)	
Acordos comerciais e promoções	(11.594.678)	(10.124.181)	
Publicidade e propaganda	(64.903)	(188.781)	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(28.170)	21.832	
Consultoria e assessoria	(1.766.990)	(3.432.318)	
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Nota 7 (c)	-	6.200.142	
Outras receitas e despesas	(1.953.376)	(3.157.448)	
Comercial	(63.925.811)	(47.555.741)	
Geral e administrativo	(11.821.612)	(12.174.539)	
Outras (receitas) despesas operacionais líquidas	281.016	6.059.581	
<b>Total de despesas</b>	<b>(63.925.811)</b>	<b>(47.555.741)</b>	
<b>18. Resultado Financeiro</b>			
Receita:	31/12/2022	31/12/2021	
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	1.396.560	503.388	
Juros e descontos recebidos (a)	356.361	3.085.988	
Variação cambial ativa - com parte relacionada	297.727	-	
Variação cambial, empréstimos bancários	10.495	-	
Derivativos	1.907.670	883.849	
Receitas financeiras	3.968.813	4.473.225	
Despesa:			
Juros sobre empréstimos bancários	(487.663)	(489.369)	
Variação cambial, passiva - parte relacionada	-	(3.830.443)	
Descontos concedidos	(12.489)	-	
Instrumentos financeiros	(2.257.410)	(852.728)	
Outras despesas financeiras	(758.873)	(849.192)	
Despesas financeiras	(3.516.435)	(6.021.732)	
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>452.378</b>	<b>(1.548.507)</b>	
<b>19. Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	73.101.442	26.007.931	
Aliquota atual	34%	34%	
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(24.854.490)	(8.842.696)	
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:			
Juros sobre o capital próprio - JSCP	-	957.991	
Outras diferenças permanentes	532.428	(432.818)	
Imposto de renda e contribuição social	(24.332.062)	(8.317.523)	
Imposto de renda e contribuição social composta por:			
Corrente	(24.750.866)	(8.890.705)	
Diferido	428.804	573.182	
<b>Total</b>	<b>(24.322.062)</b>	<b>(8.317.523)</b>	
<b>20. Lucro por Ação</b> - As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro líquido básico por ação.			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	48.779.380	17.690.408	
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido por ação	28.484.551	28.484.551	
Lucro líquido por ação (básica) - R\$	1,7125	0,6211	
A quantidade média ponderada de ações utilizada no cálculo do lucro líquido diluído por ação é idêntica à quantidade de ações utilizada na determinação do lucro líquido básico por ação, uma vez que a Sociedade não possui instrumentos financeiros ou outro contrato que possa dar direito de diluição.			
<b>21. Instrumentos Financeiros</b> - Todas as operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:			
<b>Instrumentos financeiros por categoria</b>			
	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>
Caixa e Banco	12.378	-	9.911
Aplicações Financeiras	39.960.856	-	22.446.030
Contas a Receber	-	68.820.127	46.221.534
Contas a Receber - parte relacionada	-	427.330	456.994
Outros créditos	-	680.687	533.894
Derivados	934.706	-	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores nacionais e outros passivos	-	-	(17.198.87)
Fornecedores Internacionais - parte relacionada	-	-	(47.900.51)
Fornecedores Internacionais	-	(8.649.787)	(1.549.54)
Empréstimos bancários	-	(54.773.436)	(3.285.794)
Arrendamento a pagar	-	(3.285.794)	(8.437.23)
Derivados	-	(6.960.569)	-
	-	(444.015)	-
<b>Total</b>	<b>40.907.940</b>	<b>69.928.144</b>	<b>(75.086.161)</b>
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:			
• Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. • Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor Contábil, em virtude de o cálculo ser efetuado com base nas premissas observáveis de mercado, conforme metodologia acordada em contrato. • Contas a receber, fornecedores nacionais e outras obrigações e fornecedores - partes relacionadas - Os valores justos estão próximos aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. <b>Hierarquia de valor justo</b>			
A Sociedade possui saldos abaixo dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais são classificados no nível 1 e 3:			
	31/12/2022	31/12/2021	
Aplicações Financeiras - Nível 1	39.973.235	22.446.030	
Instrumentos Financeiros Derivados - Nível 3	934.706	-	
Os diferentes níveis foram definidos abaixo:			
• Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: receita, exceto os preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). 21.1. Exposição a riscos cambiais: Esse risco decorre da possibilidade de que a Sociedade possa vir a incorrer em perdas de caixa e restrições, devido às flutuações cambiais, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. As exposições a riscos cambiais são administradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas políticas adotadas e não são consideradas relevantes, devido ao curto período de liquidação, com média de 40 a 50 dias. Em 31 de dezembro de 2022, o balanço da Sociedade inclui uma conta de fornecedor em moeda estrangeira, sujeita à variação cambial, representando um passivo de 55.661.489 referente a US\$ 10.667.821 (R\$ 49.450.053 referentes a US\$ 8.859.552 em 31 de dezembro de 2021) e ativos de R\$ 52.951.514 referentes a US\$ 10.148.372 (R\$ 48.873.225 referentes a US\$ 8.762.337 em 31 de dezembro de 2021). <b>Análise de sensibilidade com base na taxa do dólar</b>			
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>			
financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude			
pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Campinas, 9 de fevereiro de 2023			
<b>Deloitte.</b>		<b>Fabiano Ricardo Tessitore</b>	
Deloitte Touche Tohmatsu		Contador	
Auditores Independentes Ltda.		CRC nº 1 SP 216.451/0-1	
CRC nº 2SP 011.609/0-8			
		<b>Sebastião Luís Maraggi</b> - Diretor Presidente	
		<b>Alexandre Lima da Silva</b> - Contador - CRC 1SP 237.828/0-7	



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/02/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.545.265/0001-36 – NIRE nº 35.300.516.826

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/02/2023**

Aos 03/02/2023, às 17hs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: **(I)** O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.015.075,40 (três milhões, quinze mil e setenta e cinco reais e quarenta centavos), por meio da emissão de 30.150.754 (trinta milhões, cento e cinquenta mil, setecentas e cinquenta e quatro) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 30.000.000 (trinta milhões) são ações ordinárias; e (b) 150.754 (cento e cinquenta mil, setecentas e cinquenta e quatro) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 117.183.727,10 (cento e dezessete milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e dez centavos) para R\$ 120.198.802,50 (cento e vinte milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos), dividido em 1.221.988.025 (um bilhão, duzentas e vinte e um milhões, novecentas e oitenta e oito mil e vinte e cinco) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.215.878.085 (um bilhão, duzentas e quinze milhões, oitocentas e setenta e oito mil e oitenta e cinco) são ações ordinárias; e (b) 6.109.940 (seis milhões, cento e nove mil, novecentas e quarenta) são ações preferenciais Classe A. **(III)** As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 76.088/23-6 em 16/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 15 de janeiro de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1666, 18º andar – conjunto 182, CEP 05001-903. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social e esteve presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 16 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sra. Marilena Rodrigues Vasone e secretariados pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre a ratificação da autorização para a contratação de garantia financeira. **5. Deliberações:** Discutida a matéria da ordem do dia, a totalidade dos membros do conselho de administração aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, a ratificação da autorização para a contratação das garantias financeiras em benefício da Copel Comercialização S.A. junto à Seguradora American Life Companhia de Seguros, registrada na SUSEP sob o nº 0581-9. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros Presentes: Antonio Dias Figueiredo Filho. São Paulo, 15 de janeiro de 2023. **Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia.** Mesa: Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 74.113/23-9 em 14/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Esze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**

A Diretoria da Esze Seguros S.A. convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, que realizar-se-á no dia 23/03/2022, às 14h00min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte ordem do dia: a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2023; d) fixar os honorários dos administradores. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 17/02/2022. A Diretoria. (18, 23 e 24/02/23)

## BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2023**

Aos 03/02/2023, às 16hrs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: **(I)** O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.233.082,70 (um milhão, duzentos e trinta e três mil e oitenta e dois reais e setenta centavos), por meio da emissão de 12.330.827 (doze milhões, trezentas e trinta mil, oitocentas e vinte e sete) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 12.300.000 (doze milhões e trezentas mil) são ações ordinárias; e (b) 30.827 (trinta mil, oitocentas e vinte e sete) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 220.195.391,50 (duzentos e vinte milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) para R\$ 221.428.474,20 (duzentos e vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), dividido em 2.234.284.742 (duas bilhões, duzentas e trinta e quatro milhões, duzentas e oitenta e quatro mil, setecentas e quarenta e duas) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.228.699.031 (duas bilhões, duzentas e vinte e oito milhões, seiscentas e noventa e nove mil, trinta e uma) são ações ordinárias; e (b) 5.585.711 (cinco milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, setecentas e onze) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 75.107/23-5 em 16/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança  
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



BRDOCS

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/02/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do  
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

